Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°11, de 22 de março de 2010.

Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. **GERALDO ALCKMIN.**

CÂMARA MUNICIPAL
-MOCOCA-
PROTOCOLO

NUMERO	DATA	RUBRICA
778	22.03.10	

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão realizada no dia ____ de _____ de 2010, aprovou Projeto de Decreto Legislativo n°11/2010, de autoria da Vereadora Débora Soares Perucello Ventura, e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

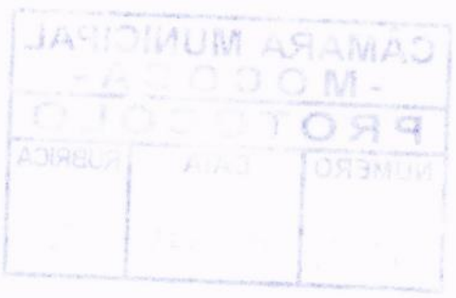
Art.1° Fica concedido ao **Sr. GERALDO ALCKMIN,** Título de Cidadão Mocoquense, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município.

Art.2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 22 de março de 2010.

DÉBORA SOARES PERUCELLO VENTURA
Vereadora

APROVADO
Em ___ Discussão por ___
Sessão 22/03/2010
FRANCISCO CARLOS CANDIDO
PRESIDENTE


CAMARA MUNICIPAL
PROTOCOLO
NUMERO
DATA
RUBRICA

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Nasceu em Pindamonhangaba, em 7 de novembro de 1952, é médico e político brasileiro.

Foi vice-governador (entre 1995 e 2001) e governador de São Paulo (entre 2001 e 2006). Em 2006 foi candidato à presidência da República pelo PSDB, sendo derrotado. Em 2008 foi candidato à prefeitura paulistana. Atualmente ocupa o cargo de secretário de Desenvolvimento do Estado de São Paulo.[1][2]

Biografia

Geraldo é filho de Geraldo José Rodrigues Alckmin e de Míriam Penteado. É casado com Maria Lúcia Ribeiro Alckmin e tem três filhos. É formado pela Faculdade de Medicina de Taubaté (ligada a Universidade de Taubaté), com especialização em anestesiologia, no Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo. Aos dezenove anos, ainda no primeiro ano da Faculdade de Medicina, Geraldo filiou-se ao antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Iniciou a carreira política elegendo-se vereador no município paulista de Pindamonhangaba em 1972. No primeiro mandato, foi escolhido presidente da Câmara Municipal. Em 1976, foi eleito prefeito de Pindamonhangaba, exercendo mandato de seis anos. Foi também deputado estadual, deputado federal e vice-governador de Mário Covas em 1994. Como vice-governador chefiou o "Programa Estadual de Desestatização" (PED), cargo que exerceu com tanto empenho que o estado de São Paulo foi o único estado da federação que cumpriu todas as metas de privatização estipuladas pelo governo federal.

Entre 1991 e 1994, foi presidente estadual do PSDB em São Paulo.

Ainda no seu segundo mandato de deputado federal, Geraldo Alckmin foi autor do projeto[3] que se transformou na Lei 8078/90, o Código de Defesa do Consumidor, que apresentou para apreciação do congresso em 16 de novembro de 1988. Foi relator, na Câmara dos Deputados, do projeto que se converteu na Lei de Benefícios da Previdência Social. Também foi autor de um dos projetos que se converteram na Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, e relator do projeto de lei que facilita e disciplina a doação de órgãos para transplantes. Tornou-se governador interino de São Paulo em 2001 quando a saúde de Covas ficou debilitada devido a um câncer na bexiga. Empossado definitivamente no cargo com o falecimento de Mário Covas, reelegeu-se em 2002

Nas eleições de 2006, como candidato à presidência da República, Alckmin acusou parlamentares petistas em seus discursos, citando principalmente o chamado "mensalão".[4] Não alcançou votos suficientes para se eleger presidente, perdendo no segundo turno para Luís Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil.

No segundo semestre de 2007, Alckmin, depois de perder a eleição, viajou para a cidade de Cambridge, no Estado do Massachusetts, nos Estados Unidos, com a filha e esposa. Ele foi aluno visitante do Centro de Relações Internacionais de Weatherhead (em inglês, *Fellow of the Weatherhead Center for International Affairs*), cursando diversas disciplinas na John F. Kennedy School of Government, na Universidade Harvard..[5][6]

No dia 19 de janeiro de 2009 o governador do Estado de São Paulo, José Serra, anunciou o ex-governador Geraldo Alckmin como o novo secretário estadual de Desenvolvimento, cargo que até então era ocupado pelo vice-governador, Alberto Goldman.[1][2]

O início em Pindamonhangaba

Alckmin iniciou a vida política aos dezenove anos de idade, em 1972, ainda estudante de medicina e professor de cursinho pré-vestibular e supletivo/madureza, elegendo-se vereador (1973-1977) de sua cidade natal, Pindamonhangaba, pelo antigo MDB, posteriormente ingressando no PMDB.

Alckmin foi o vereador mais votado entre os eleitos e o vereador proporcionalmente mais bem votado da cidade até hoje, com mais de 10% dos votos válidos. Em seguida, foi escolhido para presidir a Câmara Municipal.

Quatro anos depois, em 1976, concorreu à prefeito da mesma cidade e se elegeu através de eleição direta para o período (1977-1981) postergado em mais dois anos pelo governo militar em função das eleições municipais coincidirem com as estaduais em 1982.

Alckmin foi considerado o mais jovem prefeito já eleito do Brasil. Como ainda precisava concluir a faculdade de medicina, seu pai era o chefe de gabinete da prefeitura. Um de seus motivos de orgulho na administração da cidade foi o asfaltamento. Alckmin teria iniciado a administração com 19 ruas asfaltadas e deixado a cidade com 200 vias nas mesmas condições.

Na Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados

Nas eleições de 1982, foi eleito deputado estadual de São Paulo (1983-1987) com 96.232 votos. Em 1986 foi eleito deputado federal constituinte (1987-1991). Em 1988, descontente com os rumos do PMDB, Alckmin, Franco Montoro, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e outros dissidentes fundam o PSDB.

Em 1990, Alckmin foi reeleito deputado federal por São Paulo como o quarto mais votado dentre os *tucanos*. Neste segundo mandato, foi autor do projeto do Código de Defesa do Consumidor e relator, na Câmara dos Deputados, do projeto que se converteu na Lei de Benefícios da Previdência Social.

Foi eleito vice-govemnador em 1994 na chapa de Mário Covas para a disputa ao governo de São Paulo, onde saíram vitoriosos, derrotando em segundo turno Francisco Rossi.

Vice-governador de Covas (1995 - 2001)

Em 1995, logo no início de seu mandato, Covas delegou a Alckmin a tarefa de coordenar o *Programa Estadual de Desestatização - PED*, um programa complexo que previa a privatização de importantes empresas estatais e concessão de trechos de rodovias e ferrovias à iniciativa privada. Naquele momento, o Governo do Estado de São Paulo passava grande crise financeira, estando o Banespa, então o principal banco

estatal do estado de São Paulo, sob intervenção do Banco Central do Brasil desde dezembro de 1994. O governo também estava impedido de contrair novos empréstimos e rolar dívidas.

Alckmin tornou-se também um dos principais articuladores políticos de Covas no interior paulista, principalmente no Vale do Paraíba e Litoral Norte, o que lhe garantiu a permanência como candidato a vice de Covas na campanha para a reeleição de 1998, onde ambos foram vitoriosos contra o então candidato a governador Paulo Maluf.

Substituindo Mário Covas (2001-2002)

Em janeiro de 2001, com o agravamento da saúde de Mário Covas, Alckmin assumiu interinamente o governo do Estado de São Paulo. Covas teve piora rápida de seu estado de saúde e faleceu em março de 2001.

Com a morte do governador, foi confirmado no posto, para o qual se reelegeu em 27 de outubro de 2002, para o mandato 2003-2007, no segundo turno, com 58,64% dos votos válidos, derrotando José Genoíno (PT). Por já ter exercido uma parte do mandato de Covas, Alckmin não poderia concorrer novamente à reeleição em 2006.

Geraldo Alckmin como governador (jan/2001 – abr/2006)

Alckmin governou o Estado de São Paulo de janeiro de 2001 a março de 2006, e recebeu da população uma aprovação acima da média.[9] Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Datafolha em 4 de janeiro de 2004[1], Alckmin foi considerado o segundo melhor governador do país, tendo recebido nota **7,1** (numa escala de 0 a 10), perdendo somente para o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), que havia recebido **7,2**.

Segundo nova pesquisa do mesmo instituto,[10] divulgada em 17 de março de 2006, Alckmin conseguiu manter a alta popularidade e obteve o melhor índice de aprovação de seu mandato: 68% da população considerou a administração "ótima ou boa", 23% "regular" e apenas 6% "ruim ou péssima". A nota média do governo Alckmin subiu para **7,3**. Segundo o próprio instituto, poucos foram os governadores que alcançaram avaliação tão positiva quanto a de Alckmin até hoje, considerando pesquisas feitas desde 1995. Geraldo Alckmin é o segundo governador desde o período citado, tendo sido antecedido apenas por Mário Covas, também do PSDB.

Infraestrutura

Realizações de Alckmin em infraestrutura:

- Aumento da calha do Rio Tietê e a construção de mais vinte piscinões para evitar enchentes na Grande São Paulo
- Implementação do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas.
- Investimento na modernização e ampliação da CPTM e do Metrô.
- Construção da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes.
- Aumento expressivo do volume de esgoto encaminhado para tratamento, dentro do Programa de Despoluição do Tietê, através da Sabesp.

Metrô

Alckmin investiu na ampliação e criação de novas linhas. Em seu mandato, foi dado o início à construção da Linha 4 e a extensão leste da Linha 2, sendo que o primeiro trecho desta extensão, entre as estações Ana Rosa e Imigrantes, foi entregue no último dia de seu mandato. Há fundamentadas suspeitas de terem sido pagos, durante seu governo, por funcionários da Alstom a políticos integrantes do governo do Estado de Sao Paulo propinas para ganhar uma licitação para instalar equipamentos na expansão do metro, no episódio conhecido como o Escândalo do caso Alstom.[12][13][14][15] *Contratos do Metrô de São Paulo no valor de R$ 556 milhões com a fornecedora de trens Alstom são considerados irregulares pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado).*[16]

Alckmin, deu ainda início a um processo de concessão (PPP - Parceria Público Privada) da Linha 4 do metrô paulista. Processo que desencadeou no dia 15 de agosto de 2006 uma greve de 24 horas dos metroviários com o intuito de demonstrar a não concordância dos sindicalistas com esse processo.

O contrato firmado pela gestão Geraldo Alckmin (PSDB) para construir a linha 4 adotou um modelo inédito no Brasil para obras do metrô, conhecido como *"turn key"* (chave na mão), numa tradução livre, sendo um contrato a preço fixo que dá maior autonomia, e permite menor fiscalização às empreiteiras que os contratos tradicionais na execução das obras..

Nessa linha, em janeiro de 2007, houve um grande desmoronamento na rua Capri, nas proximidades da futura estação Pinheiros, em que uma grande cratera se abriu matando sete pessoas, além de danificar dezenas de imóveis, deixando centenas de pessoas desabrigadas: segundo especialistas, tal catástrofe poderia ter sido provocada pela falta de vigilância do Metrô para com a obra que esta sob responsabilidade do Consórcio da Linha Amarela, formado por grandes e importantes empreiteiras. Alckmin, em janeiro de 2007, defendeu-se dizendo que desde abril de 2006 não era mais o governador, e que algumas das perguntas deveriam ser endereçadas aos atuais técnicos e dirigentes.

Técnicos do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), encarregados da investigação do acidente, apontaram uma sequência de 11 erros em diversos estágios da obra como causas do acidente, inclusive a baixa qualidade do túnel na estação Pinheiros, citando uma série de desconformidades da construção - dentre elas a falta de ensaios no concreto, a ausência ou quantidade inferior à necessidade de fibras de aço e a presença de placas de concreto de apoio às cambotas (arcos) de sustentação do túnel com dimensão menor do que o previsto - que foram ignoradas pela fiscalização do Metrô e pelos registros oficiais das empreiteiras e que ajudaram a comprometer a qualidade de execução do túnel, além de citar que a obra não tinha plano de emergência adequado. A investigação responsabiliza pelo acidente, além das construtoras, a fiscalização deficiente do Metrô[17]

Durante seu governo também foi entregue o trecho elevado da Linha 5, que liga Santo Amaro ao Capão Redondo, o que foi alvo de críticas uma vez que esse trecho não tem conexões com as demais linhas do metrô, apenas com a Linha C da CPTM. Em defesa, o ex-governador diz que essa foi uma exigência do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), financiador da obra. Segundo o banco, por ser em via elevada, e por

isso menos custosa que a subterrânea, esta etapa deveria ser implementada antes do restante do trecho, que ligará no futuro Santo Amaro à Chácara Klabin.

A integração do complexo metroviário com o sistema de bilhete único dos ônibus municipais de São Paulo também foi iniciado e, segundo Alckmin, traria como benefício aos usuários utilizar ônibus e metrô com uma única tarifa subsidiada.

Burocracia

- Poupatempo: herdado da gestão Mário Covas, Alckmin continuou os investimentos na agilização de serviços públicos como o Poupa Tempo, serviço conhecido por manter um atendimento especializado de alta qualidade, que foi ampliado para mais bairros e municípios.
- Programa de redução da burocracia administrativa.
- Implementação da assinatura digital para alguns documentos do Governo; isso trocaria a tradicional assinatura do governador por uma eletrônica, com o objetivo de agilizar processos.
- Aperfeiçoamento e ampliação da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC) - Programa de Compras Eletrônicas Via Internet, através de leilão reverso, que gerou, segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado, economia de 4 bilhões de Reais no ano de 2005.

Social

- Deu continuidade ao programa Bom Prato que oferece refeição completa e balanceada por um real (R$ 1,00). O Bom Prato até então estava disponível apenas nos principais centros urbanos do Estado, mas contava com 21 unidades e eram servidas 30.700 refeições por dia ao final de seu mandato.[19]
- Ação Jovem, o programa oferece bolsa de sessenta reais por mês para jovens de 15 a 24 anos que não tiveram condições de concluir o ensino básico[20]
- Programa Acessa São Paulo, até 2005, durante seu governo, havia 201 infocentros atendendo 525 mil pessoas. Atende a população de baixa renda com acesso grátis à Internet.[21]
- Banco do Povo Paulista, inspirado no modelo de Muhammad Yunus, tem como alvo os pequenos empreendedores, formais e informais, lançando empréstimos entre R$ 200,00 e R$ 5.000,00, com juros de 1% ao mês. Mais de 112 mil financiamentos foram concedidos até 2005.[22]
- Moradia Popular, Alckmin continuou e incrementou projetos sociais de Mario Covas, como o Programa Paulista de Mutirão e Auto-Gestão através da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, no qual associações, cooperativas e movimentos populares constroem moradias populares (casas e apartamentos) em sistema de mutirão autogestionado, isto é, os próprios futuros moradores administram todas as fazes da construção, inclusive a parte financeira.

Economia

- Redução de impostos, como o ICMS.[23] Apesar da redução, o governo constatou que a arrecadação foi maior.

- Ampliação da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC) - sistema de compras do governo em leilão reverso, reduzindo relativamente os preços praticados pelos fornecedores do Estado.[24]
- Investimentos em logística, com ampliação de portos e rodovias[*carece de fontes?*].
- Crescimento da Indústria e da Economia paulista se manteve positivo, com PIB per capita sempre 50% acima da média nacional desde 2002.[25]
- Crescimento do PIB do estado em 7,6% em 2004.[26]

Educação

- Criação de um campus da USP Leste no distrito de Ermelino Matarazzo, na Zona Leste de São Paulo, que é a primeira universidade pública da região e está focada em atividades de extensão voltadas para a comunidade. Embora o novo campus da USP tenha sido criado, não houve reajuste de verbas para custeá-lo. Da mesma forma, Alckmin vetou o aumento de verbas para a educação superior em 2004, previamente aprovado pela Assembleia Legislativa.
- Escola da Família, programa que consiste em abrir as escolas estaduais aos finais de semana para atividades sociais e educativas.
- Biblioteca Virtual - eficiente recurso para pesquisas por meio da internet.
- Museu da Língua Portuguesa - Uma de suas últimas obras no Governo de São Paulo. Um museu dedicado à língua portuguesa implantado dentro da restaurada estação de trens da Luz, com apoio da Fundação Roberto Marinho e outras entidades.

2009

Em 19 de janeiro de 2009, o atual governador José Serra anunciou que nomearia Alckmin para Secretaria Estadual de Desenvolvimento,[1][2] em substituição a Alberto Goldman

Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO		
Número	Data	Rubrica
776	22 / 03 / 2010	

DESPACHO

APROVADO
Sala das Sessões, 22/03/10
FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO
PRESIDENTE

EMENTA

Requer regime de urgência Especial para matéria que especifica.

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
ESPECIAL

Os Vereadores que o presente subscrevem, dentro das disposições Regimentais e após a manifestação do Nobre Plenário, tendo em vista a finalidade da propositura, requerem regime de urgência Especial para a seguinte matéria:

1- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº010/2010 – de autoria do vereador Adilson Aparecido Guisso- Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. DIÓGENES BOSQUETTI.

2-PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº011/2010 – de autoria da vereadora Débora Soares Perucello Ventura- Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. GERALDO ALCKMIN.

3-PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº012/2010 – de autoria do vereador José Francisco Ribeiro- Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. CARLOS ALBERTO BERTHOLUCCI.

4-PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº013/2010 – de autoria do Vereador Marcos Daniel Vicente - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. WILSON SABOYA BRITO FILHO

5-PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº014/2010 – de autoria do vereador Orlando Silva Honorato Sobrinho- Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. DIOMEDES TARGINO SANTANA FILHO.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 22 de março de 2010.

Débora Perucello

Francisco Carlos Cândido
Presidente

Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº306/2010.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2010.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: URGÊNCIA.

D E S P A C H O

Nos termos do art. 193, do Regimento Interno da Câmara Municipal, nomeio como relator especial o(a) vereador(a) João Batista Martins.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 22 de março de 2010.

FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO
Presidente

Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

RELATOR(A) ESPECIAL

REFERÊNCIA :- Projeto de Decreto Legislativo nº011/2010.

INTERESSADO :- Vereadora Débora Soares Perucello Ventura

ASSUNTO : - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao **Sr. GERALDO ALCKMIN.**

RELATOR(A) ESPECIAL :-

Como relator(a) especial da presente matéria, após estudos detalhados da mesma, chego a conclusão que a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto Constitucional, Legal e Regimental, e estando meritoriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como está redigida, exarando parecer FAVORÁVEL, à sua aprovação.

Sala das Comissões, 22 de março de 2010.

_____

Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

VOTAÇÃO NOMINAL

SESSÃO : 8ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º PERÍODO
DATA : 22 DE MARÇO DE 2010
HORÁRIO : 20H00
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA
MATÉRIA : PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº011/2010.
TURNO : ÚNICA DISCUSSÃO
PROCESSO : 306/2010

	VEREADORES	VOTOS		
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE
1-	ADILSON APARECIDO GUISSO	/		
2-	DÉBORA SOARES PERUCELLO VENTURA	/		
3-	EDUARDO ANTONIO BAISI	/		
4-	FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO	/		
5-	FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES	/		
6-	JOÃO BATISTA MARTINS	/		
7-	JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO	/		
8-	MARCOS DANIEL VICENTE	/		
9-	ORLANDO S. HONORATO SOBRINHO	/		
10-	RAIMUNDO DONIZETE ACÁCIO	/		
	TOTAL::::::::::::::::::::::::::::			

RESULTADO

Votos Favoráveis : 10
Votos Contrários : -
Ausentes : -
Total : 10

Débora Joan R. V. Ventura
1ª Secretária

Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N°08, de 23 de março de 2010.

Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. **GERALDO ALCKMIN.**

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão realizada no dia 22 de março de 2010, aprovou Projeto de Decreto Legislativo n°011/2010, de autoria da Vereadora Débora Soares Perucello Ventura, e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art.1° Fica concedido ao **Sr. GERALDO ALCKMIN,** Título de Cidadão Mocoquense, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município.

Art.2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Mococa, 23 de março de 2010.

FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO
Presidente

DÉBORA SOARES PERUCELLO VENTURA
1ª Secretária

EDUARDO ANTÔNIO BAISI
2º Secretário